

Pacote ecológico irrita madeireiros

Fazendeiros do Acre querem entrar com ação direta de inconstitucionalidade contra medidas. Greenpeace comemora

Alexandre Botão
Da equipe do Correio

As empresas madeireiras reagiram mal às medidas do governo pa-

ra controlar a extração do mogno e outras madeiras nobres. Ruidosas como uma moto-serra, as novas regras proíbem o corte do mogno e da virola na floresta amazônica e redu-

zem de 50% para 20% a área da propriedade para a extração de outros tipos de madeira na região. Do menor revendedor às grandes madeireiras brasileiras, todo mundo chiou com o "pacote".

De acordo com os proprietários de seis das maiores madeireiras de Brasília e dois donos de madeireiras de Rondônia que cortam madeiras na floresta amazônica, os problemas com a medida vão co-

meçar em pouco tempo com o aumento do preço do mogno. "Vai haver um aumento no preço. Quem tiver mogno para vender vai cobrar uma fortuna e quem quiser comprar não vai achar", observou o proprietário da Madeireira Coima, em Brasília, Dirceu Bernardon. Para Bernardon, o correto seria proibir ou limitar a exportação de madeira sem que o mercado interno fosse prejudicado.

Os donos de madeireiras concordam e acham ainda que o governo terá muita dificuldade em fiscalizar a extração, principalmente do mogno. Ninguém quis admitir abertamente, mas muitos proprietários disseram que o "mercado negro" continuará abastecendo suas madeireiras com mogno.

No Acre, um grupo de fazendeiros já decidiu que vai entrar com uma ação direta de inconstitucio-

nalidade contra as medidas, no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Descontentamento aqui, comemoração lá fora. Num comunicado publicado em Amsterdã, a organização ecologista internacional Greenpeace declarou que o "pacote ecológico" foi um "progresso importante na proteção da floresta Amazônica, um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta".

